

GRANJA DO TORTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE SETEMBRO DE 1995

Eu queria apenas – ao expressar meus agradecimentos aos Senhores Governadores que estão aqui de forma maciça e àqueles que não puderam vir, e estão representados pelo Vice-Governador ou Secretário de Educação do Estado, pois têm razões muito ponderáveis pelas quais não puderam assistir a este encontro – reafirmar aquilo que tenho dito nos últimos pronunciamentos que venho fazendo. Nós lançamos, em fevereiro, um programa chamado “Acorda Brasil! Está na hora da escola”. E, ao lançá-lo, nós dissemos uma coisa trivial, mas que precisa ser vivida: que os desafios que enfrentamos no Brasil são de tal magnitude que não podem ser enfrentados no isolamento de Brasília, não podem ser enfrentados, muitas vezes, nos isolamentos dos estados e, pior ainda, no isolamento do município, sobretudo – para seguir o que disse, aí, o professor – lá, naquela capilaridade máxima dos municípios perdidos por esse Brasil tão imenso.

Nós temos que nos juntar. E, para que nos juntemos, nós temos que levar adiante algo que não é novidade, mas que no Brasil está se tornando, hoje – e isso é bom –, quase rotina. Ou seja, uma nova forma de

relação entre o Estado e a sociedade, o Estado, como aparelho, nos seus diversos níveis.

Fala-se muito, e os governadores estão empenhados nisso, como eu também, na reforma do Estado. Nós estamos empenhados em algumas emendas constitucionais, e teremos a oportunidade, na conversa pessoal, de aprofundar um pouco mais esse tema. Mas a verdadeira reforma não pode limitar-se ao envio de emendas ao Congresso e à aprovação dessas emendas pelo Congresso. Ela se faz na prática. É uma nova maneira de nós nos relacionarmos, é uma nova maneira de haver a gestão da coisa pública.

O Estado brasileiro já está em processo de reforma há algum tempo e está se acelerando agora.

Em primeiro lugar, a descentralização. Hoje é impensável, sobretudo nas áreas sociais, imaginar qualquer programa que não seja sustentado por um conjunto de ações integradas entre estado, município e União.

Isso é um dado da nossa realidade. Isso implica uma mudança de atitude do poder central, na medida em que, no passado, constituía as suas bases de poder político através de mecanismos de transferência de recursos, com os quais se obtinha também a sua gestão política. Esse Estado reproduzia a deformação da centralização, com tudo o que isso acarreta, inclusive corrupção, porque aí os favores passam a ser a moeda fundamental utilizada para obter um recurso, uma verba, não sei o que mais.

Nós estamos quebrando isso. Quando digo “nós”, não é o Governo Federal só. Nós estamos quebrando isso, o Brasil está quebrando isso, porque não aceita mais esse tipo de atitude.

Custou-me bastante tomar certas decisões, como tenho reiterado. Por exemplo, fechar alguns ministérios, porque, depois que se fecha um ministério, cria-se um vazio e vem uma gritaria imensa. Por exemplo, o Ministério do Bem-Estar Social, que tinha mais ou menos 9 mil convênios. Até refazer, até construir mecanismos pelos quais seja possível uma relação fluida entre aquele que vai ser beneficiado por um programa, o prefeito, o governador, a União, leva tempo. E há problemas políticos envolvidos. Muitas vezes, o prefeito não é do partido do governador, o

governador não é do partido do Presidente e a maioria dos parlamentares federais não apóia o governador local. Imaginem, Senhores, a confusão. E essa confusão estoura na mão do Presidente da República, que, a toda hora, é cobrado por estar fazendo isso e aquilo sem dar a atenção devida ao partido tal e qual, sobretudo ao seu próprio.

Mas, na verdade, nós todos aqui, hoje, temos uma visão um pouco diferente disso. Nós estamos precisamente querendo criar um Brasil diferente disso, um Brasil em que vamos guardar as nossas convicções, as nossas posições partidárias, os nossos valores e vamos ter objetividade para atender ao País. Qual é a necessidade do povo? Isso implica buscar novas formas de relacionamento, inclusive com os deputados, com os senadores, com os partidos, porque eles também têm que ter vez e voz nesse processo. Foram eleitos, têm representatividade. Mesmo que não pertençam ao partido do governador ou do Presidente da República, têm uma parcela do poder popular, representada por eles.

Então, nós temos que buscar caminhos nesses conselhos que estão sendo criados, nessas comissões, que permitam algum tipo de interação e, ao mesmo tempo, permitam que a linha principal, que é a de nós descentralizarmos, de darmos crescentemente voz, para que a própria sociedade não seja prejudicada por esses interesses, embora muito legítimos, da representação parlamentar e de cada um de nós, governador, Presidente ou prefeito.

Isso está ocorrendo nos vários níveis do Estado brasileiro. Nós estamos reformando o Estado. Estamos, na prática, mudando o modo como o Estado funciona. É uma mudança, uma revolução silenciosa, que não se faz com barulho, mas é cotidiana, ela custa trabalho, ela custa necessidade de convencimento, custa incompreensão, ela custa erro de parte a parte. Mas nós estamos fazendo isso.

No caso da educação, não apenas estamos refazendo esses canais de contato entre os vários níveis de Governo e a própria sociedade, como estamos pedindo que a sociedade participe mais ativamente da solução dos problemas.

Já obtivemos alguma resposta positiva. Por exemplo, no caso desse programa, dessa iniciativa da TV Escola, que nós estamos inaugurando

hoje. Aproveito para dizer que, também, aqui, há uma cooperação entre diferentes órgãos do Governo: o Ministério da Educação e a Secretaria de Comunicação Social, que são órgãos diferentes.

Os senhores não imaginam como custa fazer com que órgãos diferentes se comuniquem – os senhores imaginam, sim –, dentro do aparelho estatal. Nesse caso, conseguimos. E eu quero aproveitar para agradecer ao Ministro, ao Secretário e ao Pedro Paulo Popovic, que tomou a liderança na parte da TV Escola; e a toda a equipe do Ministério da Educação, que está fazendo essa transformação importante. Os senhores terão oportunidade de ver isso com mais detalhes.

Além disso, nós estamos pedindo o apoio da sociedade. A Fiesp e Fiergs já deram alguma contribuição. Muitas empresas estão dando contribuição. Qual é a contribuição? Em primeiro lugar, tem que ter um conjunto de antenas, de aparelhos de televisão. O Ministro Paulo Renato mencionou aqui: são 45 mil escolas.

No Brasil, tudo tem muito zero. Essa é que é a questão. Qualquer probleminha tem muito zero, e zero depois do número. Então, é muito complicado. Precisa de muito recurso. E nós não vamos fazer isso sozinho. Estamos pedindo apoio; estamos obtendo apoio da sociedade.

O Ministério da Educação tem cinco frentes fundamentais que estão em desenvolvimento. A primeira é a do financiamento da escola fundamental. Bem, o que nós estamos fazendo nessa questão do financiamento da escola fundamental? Os senhores sabem que há uma enorme distorção no gasto público nessa matéria. O Ministério da Educação concentra seus gastos na educação superior. Concentra dramaticamente. Nós estamos tratando de reverter isso para atender à escola básica, à escola primária, que é fundamental.

É claro que as universidades precisam de uma atenção grande, e elas têm mais poder de pressão. O Ministério foi se constituindo, pouco a pouco, como o “Ministério das universidades”. Nós precisamos dar uma atenção grande ao ensino fundamental, cuja responsabilidade primária é do município e secundária, dos estados; mas a União tem que atuar aí.

O que nós estamos fazendo nessa matéria? Já estava havendo um processo de descentralização da merenda escolar, sobretudo no Gover-

no Itamar Franco. Nós, hoje, estamos atingindo 3.400 municípios com o processo de descentralização da merenda escolar. Vejam só: 3.400 municípios! É uma coisa fantástica a numerologia brasileira. E nós estamos atendendo, descentralizadamente, nessa questão.

Para isso, nós passamos de 28 para 50% o volume das aquisições locais. É descentralização e a ativação, na prática, da economia local. E é, também, a diminuição dos *lobbies* aqui em Brasília, para a compra de enlatados, ou sei lá como é que se chamam, alimentos processados, etc, etc. E sabe Deus, junto com esses processos, que outros processos ocorrem.

Nós estamos descentralizando fortemente, para valer, essa questão. Nos municípios do Comunidade Solidária, estamos dobrando o número de merendas escolares: de uma para duas. E estamos dando, também, uma cesta básica de consumo para os alunos e para os professores. Não sei exatamente, neste momento, quantos são os atingidos. Vamos chegar a cerca de mil municípios. Creio que já estamos, nesta altura, com uns 300 municípios sendo atingidos por esse processo, que vai se alastrando.

Convém repetir que esse Programa Comunidade Solidária é uma ação de agilização de programas do Governo. Não é um programa à parte. O que a Secretária Executiva do Comunidade Solidária, Dona Anna Peliano, vai fazer é levar os Ministérios a cumprirem aqueles programas que estão carimbados com o selo do Comunidade Solidária. Merenda escolar está carimbada com esse selo. Então, tem-se que, no orçamento, verificar se o Governo está dando realmente os recursos, se está transferindo, se está transferindo a tempo. Enfim, é muito mais um processo de agilização do que um programa novo, específico. Os recursos são os dos próprios Ministérios. Mas, no caso aqui, desses municípios mais pobres, nós estamos fazendo isso.

Aproveito para esclarecer que a base de escolha desses municípios foi técnica, quer dizer, quais são os mais pobres. É difícil discutir quem é mais pobre. É tão triste isso. Tenho recebido, muitas vezes, queixas de deputados, até do meu partido: “Mas, meu Deus, meu município também é pobre. É porque o governador é do outro lado. É por isso. Vocês foram dar justamente para aquele governador que é contra mim.” Jor-

nais acolhem esse tipo de queixume: “Ah, mas os governadores são beneficiados...”

Ocorre que os governadores, quando ganharam, ganharam em quase todos os municípios. Então, qualquer que seja o município escolhido, tem uma boa porcentagem de eleitores do governador. Vêm, aí, e fazem referência à “farsa de que foi por isso que não se escolheu o município”. Não foi. Foi porque ele é pobre.

Mas de qualquer maneira nós estamos aí, no que diz respeito à educação, à questão da merenda escolar, fazendo isso.

Nós estamos buscando também – e isso é uma forma inovadora –, com os mesmos problemas, ter uma nova visão do Estado, que provoca algumas incompreensões, como entregar diretamente às escolas recursos financeiros, o salário educação.

Nós já repassamos 170 milhões de reais para mais de 85 mil escolas em todo o País. Vejam vocês o número: 85 mil escolas! Digamos que isso seja quase simbólico, porque a professora, a diretora vai receber um cheque que, do ângulo aqui de Brasília – de Brasília não, porque estamos com uma escassez de recursos imensa, mas do setor privado – é de pequeno valor. Mas, meu Deus do céu, o que é que vai fazer com 2 mil reais? Com 2 mil vai fazer, porque ela nunca teve 1 real diretamente na sua mão para comprar um quadro negro. E ela sabe, muitas vezes, onde é que o calo aperta. Então, com esses recursos, ela vai suprir uma deficiência que está aparecendo, naquele momento.

Não vai ser possível dar todos os recursos diretamente à escola, porque nós não queremos esvaziar o poder dos prefeitos. Não o poder de sujeição, mas o poder de discernimento, uma base de racionalidade, de ver qual é o melhor.

O deputado pode interferir nisso? Pode e deve. Como? Aqui, aqui em Brasília, dizendo: “Olha, esse programa está errado, não está chegando lá. É preciso melhorar.” Mas não pode ser o portador do cheque; o cheque tem que ir direto, porque não queremos utilizar esses mecanismos para criar clientelas. Nós queremos quebrar um Estado clientelista.

E nós vamos aumentar. Vamos beneficiar mais de 180 mil. Já disse: 85 mil, hoje. E vamos chegar a 180 mil escolas. E isso atinge 27 milhões de

alunos que estão nessas escolas. Vejam só: 27 milhões! Quantos países do mundo têm 27 milhões de habitantes? Nós temos, nas escolas primárias, 27 milhões de alunos. Então, atingir essa massa é um problema complexo. Mas estamos fazendo. E não é o Governo Fernando Henrique. Isso vem vindo. Mas nós estamos acelerando, porque a sociedade está ansiosa por medidas inovadoras.

Por outro lado, nós temos um compromisso também com relação ao currículo, de criar aí uma base mais sólida de definição de qual é o currículo mais adequado. E, para isso, estamos definindo, também, alguns parâmetros nessa questão da revisão curricular. Esses parâmetros estão sendo discutidos pelos professores, pelos técnicos aqui em Brasília. Não cabe à União fazer currículos fechados, mas cabe à União ter uma ação muito mais enérgica na definição desses currículos. E nós vamos, depois de eles estarem preparados, discuti-los mais amplamente nas universidades, com as secretarias de Educação, com a sociedade, enfim, para chegarmos a alguma coisa adequada.

Isso vai ser materializado em livros. Já agora nós reduzimos 20% dos títulos de livros à disposição dos estudantes, porque eram de má qualidade.

Na medida em que se modifiquem os currículos, que se aprimorem os currículos, é possível, também, melhorar a qualidade desses livros, respeitando-se, naturalmente, a escolha. É uma matéria complexa. Não se trata de o Estado impor um modelo, porque isso cheira a autoritarismo. Trata-se de o Estado dar parâmetros, melhorar a qualidade, discutindo com a universidade, discutindo com a secretaria de Educação, discutindo com a sociedade. Mas não é possível deixar que a escolha seja feita de uma maneira tão confusa que livros ruins entrem juntos com livros bons, e sabe-se lá, Deus, qual vai ser o resultado final dessa escolha. Então, é uma ação, digamos assim, de orientação.

Agora, nós fizemos também, graças a isso, algumas modificações importantes. Uma é que estamos descentralizando, também, a questão do livro. Alguns estados, como Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, já têm hoje liberdade na compra desses livros. Nós vamos fazer isso para todo o Brasil.

Vamos avançar para todo o Brasil e passar recursos para que os estados e os municípios se ocupem disso.

E nós vamos, também, fazer o seguinte: vamos distribuir livros da 5ª à 8ª séries. Hoje distribuímos mais ou menos 50 a 60 milhões de livros. Milhões de livros! Vamos passar para 110 milhões de livros. Em 96, 110 milhões de livros. Os senhores sabem, vendo quanto custam esses zeros em matéria de real, como é difícil enfrentar essa questão. Mas nós estamos enfrentando. E são poucos meses de governo.

Os efeitos dessa ação social contínua vão se fazer sentir ao longo do tempo. Nós não queremos ações espetaculares, que morram na propaganda. Queremos fazer ações que realmente modifiquem, transformem o modo pelo qual o Governo Federal e os vários governos interagem para resolver essas questões.

Essas, digamos assim, são as questões, talvez até as mais fáceis: distribuir dinheiro, fazer o livro escolar, a merenda escolar. O fundamental é mais complicado do que isso. O fundamental é termos a capacidade de avaliar o desempenho das escolas. E temos que melhorar a qualidade do ensino.

Quanto a avaliar o desempenho, da 1ª, 3ª, 5ª, e 7ª séries foram feitas avaliações a partir de 93. Nós agora vamos avaliar também a 8ª série do ensino de 1º grau e vamos iniciar a avaliação do ensino de 2º grau.

Numa democracia de massa, complexa como é a nossa, em que todo o mundo tem direito de reclamar – e isso é muito bom –, em que existem dificuldades até de estatística, para saber o que está acontecendo; em que o Governo não pode ter a pretensão de saber tudo e de impor tudo, é preciso descobrir mecanismos de avaliação e de indução para a melhoria da qualidade do ensino.

Isso vale para todos os níveis. Vale para as universidades. Nós temos uma experiência bem-sucedida nas universidades: a Capes faz a avaliação dos cursos de mestrado e isso estimula, desde que a avaliação seja feita com competência e desde que não cedamos à tentação brasileira, que é de passar a mão na cabeça e dizer que tudo é bom. Tem que ter a coragem de dizer “Isso aqui está ruim, não serve!”, para que esse próprio possa melhorar no ano seguinte.

Mas é preciso criar, e estamos criando, esses critérios de avaliações sucessivas. Estou me referindo só ao ensino primário. Muita coisa está sendo feita no ensino superior, sobre o qual não vou falar, hoje, aqui. Mas, no ensino primário, que é o ensino fundamental, nós estamos mexendo.

Estamos, hoje, dando mais um passo com essa questão da TV Escola. Passo importante. Estamos Tateando. Como foi dito aqui, isso é experimental. Este ano todo, vamos ficar Tateando, até chegarmos a uma produção que seja conseqüente, interativa, como consta da pergunta feita aqui. Tem que ser interativa.

São 45 mil aparelhos de antena parabólica. Daqui a pouco vai ser, sei lá, faixa não sei o quê, essas technicalidades que são ditas para assustar os leigos, como eu.

Vamos distribuir isso pelo Brasil afora. Estamos distribuindo. Os governadores estão. O Piauí foi o primeiro a fazer. Veja, o Piauí foi o primeiro a fazer. E está aqui o Governador. Não é verdade?

*Governador:* É.

*Presidente:* Não é o Estado mais rico do Brasil, mas foi o primeiro a fazer. É um estado diferente, que tem aquele delta extraordinário. Um estado que tem o delta do Parnaíba não precisa de mais nada.

Mas, enfim, a verdade é essa. A verdade é que vamos distribuir tudo isso e vamos começar a ter um instrumento potente, porque, num país como o Brasil, o treinamento do professor, a própria avaliação, o estímulo vão ter que ser feitos com uma mídia mais adequada, com instrumentos mais adequados.

Isso vai obrigar, também, a utilizar a Roquete Pinto, a contratar outras entidades capazes de produzir programas, como a TV Cultura, de São Paulo, a fazer com que haja aí uma interação forte nesse sentido.

Outra coisa: não podemos dar a imagem do Brasil rico, via TV. Nós temos que fazer programas em toda parte. Tem que mostrar, lá, nas zonas mais pobres, não é só pobre não; às vezes, é diferenciado apenas, mas tem que mostrar para que o Brasil se conheça. E, via televi-

são, vai se conhecendo. Como é a questão lá no Acre? Lá em Rio Branco, o que está acontecendo? E lá em Roraima, como é que é? Qual é a questão? O índio vai à escola de que maneira? O que acontece com as crianças da periferia das grandes cidades? Como é que se faz nas zonas de gado do Centro-Oeste? E, nas plantações de soja, tem escola? Enfim, tem que, ao mesmo tempo, como disse a professora aqui, ir questionando, não no sentido negativo, de criar só um caos, para dizer que está tudo ruim e não sei o quê, e não dar saída, porque esses, como eu gosto de repetir, fracassomaniacos só atrapalham o Brasil. É mania de fracasso. Mas tem que mostrar as dificuldades, tem que mostrar a complexidade.

Então, a TV Escola é o começo de um instrumento novo, que está à disposição de todos nós, para que possamos, de maneira coordenada, melhorar as condições de formação do professor e de difusão de conhecimento.

Mas há um outro ponto. E vou parar por aqui, porque não quero entrar em mares nunca dantes navegados. É que há uma reclamação unânime no Brasil: o salário dos professores é baixo. E é baixo, sobretudo o do professor primário. É baixo, é vergonhoso. E nós temos que achar uma saída para isso. Não adianta reclamar só. É preciso começar a apontar caminhos.

O Ministro Paulo Renato vai fazer uma pequena exposição para mostrar qual é a proposta que estamos fazendo, para que possamos enfrentar essa questão fundamental, senão o professor, vendo a TV Escola lá na periferia pobre de alguma grande cidade do Brasil, ou numa cidade do interior, perdida e sem recurso, vai olhar e dizer: “Meu Deus do céu! Isso tudo. Mas, e eu, que não tenho o mínimo de dignidade medida por condição elementar de vida, porque ganho uma miséria, o que é que tenho a ver com isso? Nada.” Ele fica até, talvez, com raiva. “Estão mexendo em tudo, menos no que eu preciso, que é o meu bolso.” E, no caso, é verdadeiro.

É claro que a situação é diferenciada. Há municípios, como São Paulo, que têm condições de pagar. Já o estado não tem as mesmas condições.

Há regiões que têm condição um pouco melhor. Outras não têm. Nós vamos ter que enfrentar essa questão da valorização do professor, não só através da sua dignidade, da sua competência, mas do seu salário.

Não adianta querer mundos e fundos. É muito fácil dizer: “Ah, ofereceu 50. Devia ser 100.” E, depois, “Devia ser 1.000, não 100”, que é o que a oposição, que não tem proposta, faz. Aqui não se trata disso. Aqui se trata de nós todos juntos buscarmos um caminho para irmos construindo condições efetivas, sérias, para a melhoria de vida do professor.

Nós não vamos fazer nenhuma medida provisória, mandar nenhuma lei ao Congresso. Não. Hoje, o Ministro Paulo Renato vai apresentar aos Senhores Governadores e à Senhora Governadora, ausente por uma razão muito ponderável, mas está aqui representada, uma proposta, que, se os governadores aprovarem, se nós debatermos e concluirmos que, por aí, é um caminho, no dia 15 de outubro, que é o Dia do Professor, eu, sim, a enviarei ao Congresso Nacional, consubstanciando o resultado dessa nossa discussão.

É claro que o Governo Federal vai ter que entrar com algum recurso – e os Ministros da área econômica não estão aqui. Que nós, depois, possamos buscar esses recursos de uma maneira mais independente. Mas acho que chegou a hora de o Brasil, concretamente, olhar para a educação e isso não ser apenas um *slogan*; e para que o professor e a professora percebam que não é um *slogan*, que nós estamos efetivamente comprometidos com essa idéia, nós que estamos aqui reunidos.

Quero agradecer, por fim, ao professor Cristovam Buarque, porque foi o primeiro governador que me sugeriu que houvesse tal encontro, algum tempo atrás, para que, em conjunto, pudéssemos sair da encalacrada em que, durante tanto tempo, andou o ensino fundamental no Brasil, que já se vê, pelos próprios números, que vem melhorando.

Ninguém está, aqui, descobrindo a roda, não, mas estamos fazendo com que a roda, em vez de andar sobre a madeira, possa andar com pneumático, quem sabe seja lá da Amazônia. E cada vez melhor.

Muito obrigado.

